

TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS DE ASSENTAMENTO: EVIDÊNCIAS LONGITUDINAIS SOBRE PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

MÁRCIO ALEXANDRE BARBOSA LIMA

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (UNDF)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)

email: marcio.lima@inep.gov.br

EDNA ALESSANDRA PEREIRA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)

email: edna.pereira@inep.gov.br

INTRODUÇÃO

Nos próximos 10 anos estará em vigência o novo Plano Nacional de Educação (2026-2036), o terceiro plano consecutivo e principal instrumento de planejamento e orientação da política educacional do país. O PL do PNE atualmente em tramitação no Congresso Nacional tem uma perspectiva de busca de igualdade e equidade, visando a redução das desigualdades educacionais em termos regionais e de grupos sociais vulneráveis. Nesse ponto, o plano possui um objetivo específico destinado aos estudantes das escolas indígenas, quilombolas e do campo.

De acordo com o novo plano, o objetivo 9 busca:

Garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, observados os padrões nacionais de qualidade, com redução das desigualdades regionais (Brasil, 2024).

Para que este e outros planos de educação, estaduais e municipais, não se tornem apenas uma carta de intenções é fundamental a avaliação e o monitoramento regular de suas metas, o que envolve a coleta de dados, a análise dos indicadores e a publicação de relatórios.

Apesar de não ser possível monitorar o acesso a educação básica para essas populações devido a falta de dados estatísticos regulares, com os dados do censo escolar da educação básica é possível acompanhar a permanência dos estudantes que já estão matriculados nas escolas. O Censo Escolar é realizado anualmente e coleta informações detalhadas sobre a educação básica brasileira. No questionário destinado às escolas, a variável "Escola de Localização Diferenciada" é crucial para identificar e caracterizar as escolas que atendem essas populações.

Idealmente, esses estudantes deveriam ter acesso a uma educação de qualidade, alinhada às suas necessidades e cultura, que lhes permita concluir toda a educação básica

em seu território. Contudo, a permanência e a conclusão do ciclo completo ainda representam um desafio.

Nesse sentido, o censo escolar representa um marco pioneiro na existência de dados educacionais para o acompanhamento educacional das populações indígenas, quilombolas e do campo. Com seus dados é possível acompanhar a trajetória educacional de cada estudante em seus territórios, revelando os desafios e desigualdades na permanência e conclusão dos estudos.

Assim, considerando o objetivo de universalização da educação básica entre as populações indígenas, quilombolas e do campo em suas respectivas modalidades de ensino e considerando que o direito a educação inclui a garantia de acesso e a oferta de vagas, mas também o direito a permanência e conclusão dos estudos, neste trabalho acompanhamos cinco grupos de estudantes de escolas de assentamento, denominadas escolas do campo, que ingressaram na primeira série do antigo ensino fundamental de 8 anos ou no 2º ano do novo ensino fundamental de 9 anos, entre os anos de 2008 e 2023 e as comparamos com os resultados educacionais das coortes nacionais.

Acompanhamos esses cinco grupos ao longo de 12 anos com o objetivo de identificar, ao longo do período, em cada um desses grupos e coortes, quantos estudantes conseguiram alcançar o último ano do ensino médio, quantos não conseguiram (mas permaneceram estudando) e quantos evadiram do sistema educacional durante o período.

Estudos longitudinais permitem identificar tendências ao longo do tempo, comparar diferentes gerações de estudantes e analisar o impacto de políticas públicas implementadas nesse intervalo de tempo. Ademais, veremos que essa abordagem possibilita examinar, de forma mais consistente, as desigualdades educacionais entre distintos grupos populacionais, como estudantes do campo e o conjunto do Brasil, ao evidenciar diferenças nas trajetórias escolares, nos níveis de permanência, evasão e conclusão.

DESENVOLVIMENTO

Para a realização deste trabalho, utilizamos a base de fluxo escolar da educação básica é produzida pelo Inep, utilizando informações do censo escolar da educação básica. Enquanto o censo retrata a situação do aluno em um determinado ano escolar, a base fluxo permite identificar movimentações entre etapas, séries e a investigação de fenômenos como evasão, permanência e distorção idade-série.

Para acompanhar as trajetórias, a base passou por filtros e limpeza. Adotou-se a exclusão total dos registros de alunos com inconsistências, pois a retirada parcial comprometeria a contagem de ocorrências ao longo do tempo.

Após a preparação da base de dados, foram criadas 5 coortes longitudinais que foram acompanhadas ao longo de 12 anos. No total, acompanhamos 14.434.588 de estudantes, dos quais 462.215 eram das escolas do campo. As coortes criadas abrangem os seguintes períodos: 2008/2019, 2009/2020, 2010/2021, 2011/2022, 2012/2023. Assim, a primeira coorte, de 2008/2012, é composta de 99.896 estudantes das escolas de assentamentos. E a última coorte, de 2012/2023, acompanhou outros 92.462 estudantes de escolas do campo.

A escolha do 2º ano do fundamental ou 1º série do antigo fundamental considera a mudança na legislação educacional, com a ampliação do ensino fundamental para 9 anos e ingresso no 1º ano do fundamental com 6 anos de idade. Essa nova regra passou por um período de transição até 2010, quando encerrou o prazo para que as redes de ensino se adaptassem a nova legislação.

Ao mesmo tempo, considerando esses anos escolares, cuja idade ideal é de 7 anos, é possível imputar que, caso um estudante tenha percorrido uma trajetória escolar sem interrupções, sejam elas abandono ou a repetência, após 11 anos esse estudante terá alcançado o 3º ano do ensino médio.

Dessa maneira, o recorte proposto ocupa-se prioritariamente em analisar a permanência dos estudantes das escolas do campo nas condições históricas desses grupos e de suas trajetórias escolares, ou seja, considerando os que ingressam na escola tardiamente e as mudanças na legislação desse período, buscando incorporar o maior número de estudantes nas análises, uma vez que se trata de uma base de dados censitária com todos os estudantes matriculados do país.

O passo seguinte consiste na seleção dos estudantes que possuíam matrícula em escola de localização diferenciada. Cada registro de matrícula representa um ano de estudo em uma escola de localização diferenciada e que pode chegar a 12 registros ao longo do período analisado. Em cada coorte, considerou-se que os estudantes com ao menos um registro de matrícula nesse tipo de escola seria classificado nessa categoria para fins de acompanhamento longitudinal. Todavia, os resultados dicam que boa parte desses estudantes tem sua trajetória educacional em escolas do seu território, ainda muitos precisem sair para completar seus estudos.

CONCLUSÕES

Os resultados indicam melhora progressiva na permanência escolar. No Brasil, a proporção de estudantes que permaneceram na escola até o 11º ano aumentou de 80,1% para 83,6% entre a primeira e a última coorte, reduzindo a evasão de 19,9% para 16,5%. Entre os estudantes do campo, a tendência é semelhante, porém em patamares mais elevados de evasão: na coorte mais recente, 25,1% deixaram a escola antes do período esperado.

Observa-se que muitos estudantes do campo apresentam poucos registros em escolas de seu território, mas continuam estudando em outras unidades, indicando deslocamentos para garantir a continuidade dos estudos. Ainda assim, persistem desigualdades expressivas, evidenciadas pela maior evasão e pelo atraso escolar.

Ao final do acompanhamento, a maioria dos estudantes brasileiros concentra-se nas etapas finais da educação básica, enquanto entre os estudantes do campo há maior presença em etapas intermediárias, indicando trajetórias mais longas e irregulares. As taxas de conclusão do ensino médio também aumentam ao longo do tempo, mas permanecem inferiores entre os estudantes do campo.

Esses achados reforçam que a universalização da educação básica, conforme preconizada no PNE, pode ser avaliada pelo acesso à escola, mas também exige o acompanhamento permanência escolar ao longo do tempo.

À luz do monitoramento do PNE, especialmente quanto ao acesso, permanência e conclusão na educação indígena, quilombola e do campo, os resultados indicam que os instrumentos tradicionais são insuficientes. A falta de dados regulares por faixa etária e as limitações das pesquisas domiciliares reforçam a necessidade de abordagens alternativas.

Nesse contexto, o uso de dados longitudinais do Censo Escolar se mostra uma estratégia possível para o monitoramento das políticas educacionais, permitindo acompanhar coortes de estudantes ao longo do tempo e identificar padrões de permanência, evasão e conclusão. Essa abordagem possibilita não apenas mensurar resultados, mas compreender os processos que produzem as desigualdades educacionais ao longo do tempo, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas.

Por fim, os resultados já sugerem que o avanço no cumprimento das metas do PNE dependerá não apenas da expansão da oferta educacional, mas da implementação de políticas específicas voltadas à permanência e ao sucesso escolar dessas populações, respeitando suas especificidades territoriais, culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614, de 27 de junho de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2006

INEP. Caderno de conceitos e orientações do censo escolar 2024. Brasília, 2024.